

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

10.^a Reunião

(6 de dezembro de 2016)

SUMÁRIO

O Presidente (José de Matos Correia) declarou aberta a reunião às 15 horas e 17 minutos.

Em interpelação à Mesa, o Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) anunciou a apresentação de um requerimento solicitando ao Primeiro-Ministro documentação acerca de afirmações por ele produzidas sobre a CGD.

Procedeu-se à audição do Prof. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins (ex-Ministro das Finanças entre 3 de março de 2001 e 6 de abril de 2002), que, após uma intervenção inicial, respondeu às questões colocadas pelos Deputados António Carlos Monteiro (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Inês Domingos (PSD), Carlos Pereira (PS) e Moisés Ferreira (BE).

O Presidente encerrou a reunião eram 17 horas e 4 minutos.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Correia): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 17 minutos.

Vamos retomar a atividade da Comissão que esteve suspensa até dia 29 de novembro em função dos trabalhos parlamentares.

Como sabem — pelo menos, já tive ocasião de explicar a alguns dos Srs. Coordenadores —, esta reunião coincide com a reunião do Plenário não só porque temos autorização do Sr. Presidente para isso, como é evidente, mas também porque, de acordo com as indicações que recebi da Comissão, quando iniciei os contactos no sentido de estabelecer o calendário de audições, conforme as regras que aqui tinham sido definidas, e tive ocasião de falar com o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, marquei esta reunião para uma terça-feira às 15 horas. Isto foi muito antes de ter sido informado, coisa que só aconteceu na semana passada, depois da Conferência de Líderes, de que tinha sido decidido marcar o Plenário para hoje às 15 horas.

Em função do facto de termos um encadeamento das audições já definido até ao dia 17 de janeiro, creio, e alterar uma, desde logo, a primeira, implicaria mudar as outras todas — o que seria extremamente complexo —, acabámos por manter esta reunião, como disse, com a devida autorização do Sr. Presidente da Assembleia da República.

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, antes de mais, gostaria de cumprimentar todos os presentes, e de fazer uma interpelação à Mesa de modo a entregar um requerimento que, penso, já chegou à mão do Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ontem à noite o Sr. Primeiro-Ministro deu uma entrevista à RTP, sendo que, nessa mesma entrevista, referindo-se à Caixa Geral de Depósitos e à sua situação financeira e contabilística, afirmou que considerava que, no passado, teria havido uma maquilhagem da sua situação de forma a permitir uma saída limpa.

Ora, aquilo que verificamos é que esta é uma acusação grave que se dirige não apenas à anterior administração da Caixa Geral de Depósitos, mas também aos supervisores...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não me leve a mal interrompê-lo, mas pediu a palavra para uma interpelação à Mesa e, como sabe, as interpelações são sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Por essa mesma razão, para concluir, o CDS requer que sejam disponibilizados a esta Comissão a documentação e os indícios que o Sr. Primeiro-Ministro tenha na sua posse referentes a esta acusação e que permitam fazer uma ligação entre o que foi dito sobre a Caixa Geral de Depósitos e a saída limpa, que, no fundo, foi o teor da sua afirmação na entrevista de ontem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já tenho aqui o requerimento que irei, evidentemente, fazer distribuir pelos Srs. Deputados.

Vamos então dar início à audição do Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins. Trata-se, dentro daquele quadro cronológico que foi definido, do primeiro ex-Ministro das Finanças que aqui estará connosco. Infelizmente,

por circunstâncias que agora não vêm ao caso, houve um antecessor do Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, mas que não poderá estar presente.

Queria, em primeiro lugar, agradecer ao Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins a sua presença hoje e a imediata anuência que deu à sua vinda neste dia, que foi o que sugeri para ser o da sua audição. Queria, desde logo, dizer-lhe que, seguramente, é para todos nós um gosto vê-lo nesta Casa, ainda que por breves momentos, que prestigiou muito com a sua presença durante muitos anos quer como Deputado, quer como membro do Governo. Portanto, é evidentemente com uma enorme alegria que o vemos aqui. Não sei se será o caso do Sr. Doutor, porque vem responder a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas para nós, Deputados, é seguramente um privilégio e um gosto tê-lo aqui, porque o Sr. Dr. Oliveira Martins foi, ao longo destes anos da nossa democracia, um dos mais destacados Deputados e membros do Governo que prestou serviço à República e que aqui desenvolveu a sua atividade.

O Dr. Guilherme d'Oliveira Martins manifestou a vontade de fazer uma breve intervenção inicial e, sem perder mais tempo, dou-lhe a palavra, agradecendo de forma renovada a sua presença.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins** (ex-Ministro das Finanças): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, como sabem, é, para mim, sempre um gosto estar aqui e não é a primeira vez que venho a uma comissão de inquérito!

O Sr. **Presidente**: — Até por isso!

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Exatamente!

A colaboração com a Assembleia da República é algo de essencial para o funcionamento das instituições.

Pedi ao Sr. Presidente para fazer uma breve declaração inicial, começando, primeiro, por fazer uma declaração de interesses que não conflitua com aquilo que aqui poderei dizer e que diz respeito ao facto de, presentemente, ser Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, sendo que, uma vez que se trata de uma eleição recente, ainda não tivemos oportunidade de tomar qualquer deliberação, designadamente em relação às contas da Caixa. Esta é uma declaração de interesses que não posso deixar de fazer, mas que não impede, de modo nenhum, a minha presença aqui.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, peço desculpa, uma vez que esta sala não tem uma acústica adequada e porque ali atrás se ouve bastante mal, queria pedir-lhe para falar mais diretamente para o microfone.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Muito bem, com certeza, peço desculpa.

Ora, o período durante o qual exerci as funções de Ministro das Finanças foi relativamente curto, entre agosto de 2001 e abril de 2002, sendo que, anteriormente, na minha qualidade de Ministro da Presidência, obviamente, acompanhava os aspetos da coordenação política do Governo.

Por outro lado, gostaria de dizer que, durante o meu mandato como Ministro das Finanças, tive um único presidente da Caixa Geral de Depósitos, na circunstância, o Prof. António de Sousa, com quem mantive uma relação permanente e em quem depus toda a confiança.

As minhas relações com a administração da Caixa foram sempre exclusivamente com o seu presidente.

Devo dizer que nunca o Ministro das Finanças ou o Governo deram quaisquer orientações à administração da Caixa, designadamente em matéria de política bancária. A única indicação que existiu foi a do cumprimento

escrupuloso da lei e a da salvaguarda do prestígio de uma instituição como a Caixa Geral de Depósitos com um peso e uma importância estratégicas na economia nacional.

Por outro lado, gostaria ainda de acrescentar que, relativamente ao fecho da Conta Geral do Estado de 2001, não foram feitas quaisquer receitas extraordinárias e, portanto, o défice orçamental não teve qualquer outra contribuição que não fosse a das receitas e despesas normais.

Deixo duas notas ainda: de 1998 a 2008, a Caixa Geral de Depósitos pagou ao Estado, em dividendos, 2700 milhões de euros, valor acima dos aumentos de capital realizados no mesmo período. Por outro lado, queria salientar também que o valor médio da rentabilidade dos capitais próprios foi, no mesmo período, de cerca de 19,8%, valor particularmente significativo.

Devo só recordar que, perante os efeitos imediatos do *subprime*, em 2008, se atingiu o valor mais baixo deste período — de 2000 a 2008 —, que foi de 12,6%. Escuso de recordar quais são hoje os números, porque, compreensivelmente, são muito diferentes destes.

Sr. Presidente, era esta a nota que gostaria de dar. Estou ao dispor para as questões que tenham a colocar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

A audição de hoje inicia-se, de acordo com a rotação prevista, com perguntas formuladas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro, que dispõe de 8 minutos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, queria começar por saudá-lo no regresso a esta Casa que, na realidade, acaba por continuar a ser sua...

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, Sr. Deputado António Carlos Monteiro, o princípio aplica-se quando se fala daqui e daí, ou seja, deve falar diretamente para o microfone porque se ouve mal.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Então o som não está mesmo em condições!?

Queria saudá-lo — tivemos a ocasião de estar juntos numa comissão eventual recentemente — e começar por um ponto que diz respeito à relação que o Sr. Doutor tinha nesse momento, enquanto Ministro das Finanças, com a Caixa Geral de Depósitos. Evidentemente que não irei chamar para esta inquirição outras funções que o Sr. Doutor ocupou ou ocupa, uma vez que estamos apenas a falar sobre este período em concreto.

O Sr. Doutor disse-nos que teve uma relação permanente com o Presidente da Caixa, e apenas com ele, e que não deu quaisquer orientações, designadamente em matéria bancária.

Há, no entanto, notícias que foram tornadas públicas na altura, ou posteriormente, de operações das quais o Sr. Doutor recebeu informações ou em que teve participação nem que seja na conclusão desses mesmos processos. Desde logo, houve um processo que foi iniciado pelo seu antecessor, Dr. Pina Moura, que dizia respeito à operação de venda do Banco Nacional Ultramarino, e de tudo o que era o conglomerado bancário, e da Companhia de Seguros Mundial Confiança ao Banco Santander, em que foi decidido — e, na altura, assim foi comunicado pelo Governo — que era uma operação que se iria fazer sem que houvesse intervenção do Estado. Mas o veículo que foi utilizado pelo Estado para concretizar essa mesma intervenção acabou por ser a Caixa Geral de Depósitos. Foi assim ou não, Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, não podia deixar de ser, uma vez que o BNU fazia parte do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, tem a palavra.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, em relação a essa matéria, tendo sido tomadas essas opções, que orientações é que a Caixa recebeu? Na altura, o Sr. Doutor fazia parte do Governo e, depois, assumiu a pasta das Finanças. Portanto, que orientações é que foram dadas à Caixa no âmbito dessa operação?

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, posso dizer o que já disse: as orientações que a Caixa teve sempre — e está a referir-me um período em que não exercia as funções de Ministro das Finanças, mas não me eximo naturalmente a responder — foram as de cumprir escrupulosamente a lei e as regras da concorrência.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Doutor, não era esse, obviamente, o âmbito da questão.

Foi tomada uma decisão política e o Governo informou a Caixa daquelas que eram as suas orientações. O Sr. Doutor, na altura, era Ministro da Presidência e, depois, até à conclusão desse mesmo processo, acabou por ser Ministro das Finanças, e houve, aliás, conflitos, no âmbito dessa matéria, designadamente com alguns membros da família que participaram até, em termos criminais, daquilo que era...

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — De que família?! Não estou a perceber!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Da família Champalimaud.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Do BNU?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Peço desculpa. Em relação à venda do Grupo Champalimaud ao Banco Santander, houve ou não houve participação da Caixa Geral de Depósitos nesse negócio?

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, não posso responder a questões que não têm a mínima verosimilhança.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, estou a fazer um conjunto de perguntas sobre aquelas que foram as opções políticas do Governo relativamente a operações no mercado bancário de compras e vendas de bancos. Houve a questão do BNU, a da Companhia de Seguros Mundial Confiança, a da venda do Grupo Champalimaud ao Banco Santander e o Governo da altura, tanto quanto nos é possível recordar, sempre considerou que tinha um papel a desempenhar e que, por essa mesma razão, daria orientações à Caixa Geral de Depósitos para intervir nessas aquisições.

Aquilo que pergunto é se o Sr. Doutor tem memória das orientações que foram dadas antes de ser Ministro das Finanças ou, até, durante o seu mandato enquanto tal.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, como ficou patente, está a fazer uma tremenda confusão.

Há pouco fez-me uma pergunta concreta relativamente à situação do BNU e respondi-lhe: o BNU fazia parte do Grupo Caixa Geral de Depósitos, por isso não podia deixar de haver a intervenção da Caixa Geral de Depósitos relativamente a essa operação.

Quanto à questão que agora está a referir, sabe muito bem que não corresponde ao período em que estive em funções.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, tem a palavra.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Doutor, o que perguntei foi quais foram, nesse âmbito, as diferentes intervenções que o Sr. Doutor teve nestes processos.

Para além daquilo para que estou a chamar a atenção, há evidentemente matérias que o Sr. Doutor acompanhou até à sua conclusão. Por exemplo, posso recordar-lhe o arquivamento de uma queixa por não ser disponibilizada documentação, no âmbito de uma deliberação do Tribunal Central Administrativo, e já foi uma decisão do Sr. Dr. Oliveira Martins na altura em que era Ministro das Finanças. Foi considerado que isto não seria um ilícito criminal, mas poderia ser, quanto muito, um ilícito administrativo pela demora que se teria verificado.

Por isso, falei também nessa queixa e pedi um esclarecimento, porque o Sr. Doutor acompanhou esse processo e, com toda a franqueza, nesta sala, além de si, nenhum de nós o acompanhou.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, quero só deixar uma coisa clara: o Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins está aqui para ser ouvido na

qualidade de Ministro das Finanças e por aquilo que fez, ou não fez, enquanto tal. Portanto, é nessa qualidade que responderá.

Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, é muito simples: não intervimos nesse processo. Essa diligência que recorda e que foi requerida ao Ministro das Finanças, que era eu, já foi muito posteriormente a tudo o que tinha acontecido e limitei-me a orientar todo esse processo relativamente aos serviços do Ministério. Não intervimos nesse processo e a orientação foi sempre a mesma, sempre a mesma: se havia direito a essa informação, essa informação seria prestada; se a informação era confidencial, ela não seria prestada. Mas não foi uma decisão política, foi uma decisão jurídica.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, faça favor.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Doutor, estamos a falar de questões que são bastante antigas, mas pedia que nos esclarecesse em relação a uma matéria que também foi notícia pública e que foi uma carta de 22 de janeiro de 2002, do Dr. Almerindo Marques, na altura ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos. Foi dirigida, penso, ao Sr. Doutor e estava relacionada com a política de crédito da Caixa Geral de Depósitos. Fez críticas violentíssimas ao que se passava em relação a essa mesma política de crédito, designadamente ao facto de ter havido um crédito a uma empresa, de 75 milhões de euros, que nunca foi apresentado ao Conselho de Administração nem ao conselho de crédito, e de essa empresa ter dado como garantia o mesmo edifício que foi adquirido com o produto

desse empréstimo. No fundo, teria sido pedido que houvesse uma revisão desta política de crédito.

Gostaria de saber se o Sr. Dr. Oliveira Martins deu alguma orientação à Caixa Geral de Depósitos ou se levou a cabo alguma diligência na sequência desta queixa que foi feita por um membro do Conselho de Administração.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Certamente que sim, Sr. Deputado. Recordo-me bem dessa carta relativamente a uma operação que, de novo, não corresponde ao meu mandato, foi uma operação anterior, bastante anterior.

No que diz respeito a qual foi a orientação, já a disse aqui, mas repito. A orientação geral foi a seguinte: pedi ao Sr. Prof. António de Sousa que, por um lado, me dissesse se tinha acompanhado esse processo, e confirmou-me que tinha, e perguntei, por outro lado, se todas as cautelas tinham sido tomadas relativamente a ele, o que também me referiu. Em sequência, pedi ao Sr. Prof. António de Sousa que acompanhasse mais direta e permanentemente o conselho de crédito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, Srs. Deputados, agora é a vez do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, gostava de agradecer ao Prof. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins o contributo que possa dar a esta Comissão.

Não vou colocar questões sobre operações concretas da administração daquela altura ou da ligação entre o Governo e a Caixa Geral de Depósitos entre 2001 e 2002, mas, sim, sobre as metodologias utilizadas então, porque isso pode ser útil, também, para o trabalho desta Comissão.

Uma das questões já ficou respondida: enquanto Ministro das Finanças fazia a ligação com a Caixa Geral de Depósitos única e exclusivamente através do Presidente do Conselho de Administração da Caixa.

Que outras ligações mantinha o Governo com a Caixa Geral de Depósitos no âmbito do acompanhamento do trabalho da instituição, além daquela que era natural entre o Ministro das Finanças e o Presidente do Conselho de Administração? Esse era o único ponto de contacto entre o Governo e a Caixa Geral de Depósitos ou havia outros contactos? Com quem? Com que gabinetes? Em que moldes e para que fins?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, era esse — e por isso o referi no início da minha intervenção aqui — o método adequado e que considero não oferecer dúvidas, uma vez que, enquanto o presidente, Prof. António de Sousa, tivesse, como teve sempre, a confiança do Ministro das Finanças e do Governo, naturalmente, era ele o contacto.

Como o Sr. Deputado António Carlos Monteiro referiu, houve uma circunstância em que um membro da administração, o Dr. Almerindo Marques, enviou uma carta e já expliquei, relativamente a ela, que foi alvo de uma conversa e de uma orientação clara em relação ao Presidente da Caixa no sentido de acompanhar mais direta e permanentemente o conselho de crédito.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nesses contactos que, pelos vistos, se realizavam estritamente na esfera dos mais elevados responsáveis de cada uma das instituições, Governo e Caixa Geral de Depósitos, qual era o tipo de informação prestada ao Governo? Já respondeu sobre as orientações que o Governo transmitia à Caixa, designadamente o cumprimento escrupuloso da lei, para utilizar as suas palavras, e uma política de defesa e salvaguarda da credibilidade da instituição e da sua importância. Isso certamente terá muitas ramificações, mas, no geral, pode entender-se como respondido.

E sobre o outro lado dessa relação? Como era a informação — de que tipo? — que era prestada pela Caixa Geral de Depósitos ao Governo, quer no decurso do ano, quer nos momentos da apresentação de contas e em que era necessário que o Governo avalizasse as contas, tendo em conta que era o representante do único acionista da instituição?

O Sr. **Presidente**: — Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, faça favor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Como o Sr. Deputado sabe, as contas da Caixa são públicas. Basta lermos os relatórios dos anos a que nos reportamos. São relatórios muito circunstanciados que apontam claramente para uma situação que era de grande capacidade da Caixa em corresponder àquilo que se lhe pedia. Designadamente, referi que, entre 1998 e 2008, a Caixa pagou de dividendos ao Estado 2700 milhões de euros.

Por que é que disse isto e acrescentei que este valor foi superior aos aumentos de capital realizados? A questão fundamental é esta: uma Caixa sólida gera recursos que são maiores do que os recursos correspondentes aos aumentos de capital que foram feitos. Este aspeto é particularmente importante.

Por outro lado, vou dar ao Sr. Deputado, também, valores que, como sabe, são muito sensíveis, quando falamos de instituições de crédito com a

dimensão da Caixa. Em 2001, a rendibilidade dos capitais próprios foi de 20,7%. Em 2002, foi de 20%, sempre acima do limiar que corresponde a uma grande solidez da instituição de crédito. Basta recordarmos, aliás, toda a opinião das entidades de *rating* relativamente a este período e em que a Caixa tinha um *rating* de elevada qualidade com estes resultados, repito.

A Caixa obrigava, como ainda obriga, a um cuidado muito especial em virtude da sua quota de mercado que é muito significativa. Por exemplo, relativamente ao mercado de crédito a clientes, estamos a falar, hoje, de cerca de 22% da quota de mercado e temos 31,8% relativamente a depósitos de clientes que se situem em «particulares».

Recordo, aliás, que, quando houve a crise do Novo Banco, aumentaram significativamente os depósitos de clientes na Caixa Geral de Depósitos, o que mostra a confiança que a instituição tem para os cidadãos. Refiro esta questão pelo cuidado que era necessário ter e, designadamente, pela necessidade de garantir que estes elementos pudessem ser respeitados e cumpridos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, muito bem, a Caixa tinha ótimos índices de retorno de capital. Naquela altura, os bancos todos tinham e distribuíaam muitos dividendos e depois veio a perceber-se que tinham buracos sem fim lá dentro.

Portanto, esses indicadores, por si só, não garantem a qualidade da gestão nem a qualidade do capital da instituição. Na verdade, muitas vezes, esses dividendos que eram distribuídos ao Estado e a rendibilidade de capitais próprios que nos está a indicar podem ter sido calculados, tal como foram noutros bancos, através de uma gestão que não teria em conta perdas futuras. São indicadores com o seu valor, evidentemente, que traduzem uma

instituição sólida naquele momento, mas essa instituição podia estar a fazer uma má gestão do futuro.

Foi infelizmente o que se passou em boa parte da banca portuguesa, pública ou privada, por opções de gestão que tinham em vista a distribuição de dividendos, mais do que, muitas vezes, a salvaguarda da estabilidade das instituições. Isto principalmente no privado, não temos dados suficientes que nos permitam afirmar isso sobre a Caixa, mas, também, por si só, esses valores não nos parecem ser uma âncora suficientemente forte para construirmos um panorama da Caixa nessa altura.

De qualquer forma, a pergunta que lhe fiz foi como é que eram feitas as justificações e a apresentação de contas ao Governo. Presumo que o Governo tivesse acesso, na fase da aprovação dos documentos, aos relatórios e contas, como qualquer pessoa tem através da consulta dos sítios de *Internet*.

Mas, além dessa prestação de contas, quero presumir que haveria, tendo em conta que o Governo representa o acionista, uma ligação mais intensa e que, inclusivamente, haveria a possibilidade de o Governo, através das pontes que tinha com a instituição, solicitar mais dados, sempre que entendesse necessário. Aquilo que lhe pergunto é como é que era o reporte das informações além da publicitação do relatório e contas através dos sítios de *Internet* e como é que o Governo solicitava, e em que condições, informação sobre a instituição, caso entendesse necessário.

O Sr. **Presidente**: — Dr. Oliveira Martins, faça favor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, agradeço-lhe muito a sua pergunta porque me permite esclarecer o processo de apresentação, aprovação e divulgação das contas.

Uma das orientações que o Sr. Prof. António de Sousa tinha, e cumpriu-a, era a da maior transparência possível. O processo de apresentação

de contas faz-se, como lhe disse, em primeiro lugar, pela tarefa contabilística, em segundo lugar, pela análise qualitativa da prestação e, depois, pela auditoria, porque as contas são todas auditadas. Basta lermos um relatório de qualquer entidade bancária, a começar na Caixa Geral de Depósitos, para ver que, lá está...

Aliás, na divulgação, nos elementos que estão disponíveis na *Internet* verá que diz sempre se já foi ou não alvo de auditoria. Só são aceites as contas, em termos nacionais e internacionais, quando existe auditoria de entidade independente.

Portanto, posso dizer-lhe que a administração da Caixa no período que referi, e não posso referir outro, me oferecia a maior credibilidade, até em razão do prestígio do seu Presidente e do seu Conselho de Administração.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, tinha aqui outras questões, mas esta resposta...

É evidente que as contas são auditadas e que isso, em si mesmo, pode servir como um elemento de, digamos, maior credibilidade. Se bem que isso também é muito questionável, porque as contas do BES, as do BANIF, as do BPP também eram auditadas e os bancos foram todos pelo ralo. Portanto, essas auditorias tinham um valor muito relativo.

Não é menos verdade que a Caixa, atualmente, também é auditada. Aliás, até se pode dizer, de forma um pouco grosseira, que as auditorias são hoje mais exigentes do que eram no passado, mas não podemos ignorar que o Tribunal de Contas acaba de produzir um relatório em que diz que o anterior Governo, PSD/CDS, e o Ministério das Finanças, na maior parte do tempo dirigido por Maria Luís Albuquerque, entre 2013 e 2015, não acompanharam devidamente a situação da Caixa e não pediram as

necessárias informações sobre a instituição, mesmo após uma capitalização de 1650 milhões de euros.

Portanto, queremos perceber até que ponto este tipo de acompanhamento, ou de falta dele, é característico das relações entre o Governo e a Caixa Geral de Depósitos, independentemente das forças partidárias que compõem o Governo. Queremos perceber se é uma prática entregar dinheiro à Caixa e não querer saber do que lá se faz ou se, pelo contrário, no passado, ou em outros momentos, terá havido um controlo mais eficaz que não mereceria reparos desta natureza da parte do Tribunal de Contas, por exemplo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, não será agora, que já não sou Presidente do Tribunal de Contas, que comento relatórios ou auditorias, mas gostaria só de esclarecer isto, porque, abrindo os jornais, vendo as notícias, vejo que não se compreendeu bem. Aliás, pouca gente leu esse relatório e digo isto porque ele não é sobre matéria bancária, não é sobre supervisão bancária. O relatório é apenas relativamente aos capitais do setor empresarial do Estado e à transparência em relação a essa matéria. Essa é que é a apreciação. Não se refere à supervisão bancária nem à atividade bancária, o que está em causa é o tema, aliás, mais vasto do que o da Caixa, relativo ao capital social das empresas públicas.

Bom, fechado este tema, devo dizer que o Sr. Deputado Manuel Tiago...

O Sr. **Presidente**: — Miguel!

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Miguel Tiago, peço desculpa. O direito ao nome é fundamental!

O Sr. Deputado Miguel Tiago tem toda a razão em preocupar-se com os temas que referiu, mas devo dizer muito claramente — e não tenho má memória, não me esqueço das coisas — que, ao rever os relatórios deste período da Caixa, 2001-2002, verifico, como qualquer pessoa de boa-fé verificará, que há transparência, há justificação e há consistência e credibilidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Doutor, o relatório, sendo sobre o acompanhamento que um Governo faz das empresas do setor empresarial do Estado, não deixa de referir que o Governo aprovou documentos sobre prestação de contas sem ter a necessária informação ou sem a ter solicitado. De qualquer forma, ele não tem de ser sobre atividade bancária mas sobre o acompanhamento que o Estado faz daquela empresa do seu setor empresarial.

Gostava também de lhe colocar as outras questões. Nos momentos em que fez o acompanhamento da Caixa, enquanto Ministro das Finanças, a política de imparidades e de provisionamento era bastante diferente do que é agora. Ainda assim, qual era a evolução ou como é que lhe era comunicada a evolução da carteira de crédito e do seu risco e como é que isso pesava na política de distribuição de dividendos ou em termos de orientação da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, todos sabemos que há um tema que suscita sempre especial preocupação e, nesta altura, já suscitava, que é o problema do crédito à habitação. Estamos a falar de uma quota de mercado muito significativa por parte da Caixa, hoje, de mais de 26%.

Portanto, a preocupação fundamental que existia era a de garantir uma gestão prudente relativamente a esta matéria. Essa é que era a preocupação fundamental e os resultados apresentados e auditados pela Caixa apresentavam, no essencial, um resultado correspondente a essa gestão prudente.

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Deputado Miguel Tiago, nesta fase, não deseja colocar mais questões, passamos ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês Domingos.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, gostava de cumprimentá-lo pela sua vinda aqui e queria voltar a falar um bocadinho sobre este relatório que foi divulgado hoje.

Em 2015, a Caixa Geral de Depósitos foi supervisionada em simultâneo pelo BCE, pelo Banco de Portugal, pelo seu revisor oficial de contas, pela comissão de auditoria e ainda pelo *Monitoring Trustee* que estava relacionado com a Direção-Geral da Concorrência, para além de ter tido controlos adicionais, exercícios transversais, durante os últimos anos, de revisão de imparidades, o *comprehensive assessment*, que foi promovido pelo Mecanismo Único de Supervisão, 12 revisões da troica, etc. A minha pergunta é se, no seu tempo, enquanto Ministro das Finanças, o escrutínio sobre a atividade da Caixa foi tão intenso como o que foi realizado durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr.^a Deputada, aquando da vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, obviamente, os mecanismos foram reforçados.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Inês Domingos, faça favor.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, continuando a falar sobre a sua atividade enquanto Ministro das Finanças, referiu que não deu quaisquer orientações em termos de política bancária e que apenas orientou no sentido do cumprimento da lei e da salvaguarda da instituição. Depois, pelas respostas que foi dando, percebemos que existia já alguma preocupação com algumas situações às quais poderemos voltar mais tarde.

A minha pergunta era se havia uma carta de missão para a Caixa Geral de Depósitos nessa altura ou se havia uma posição, que era a de manter o banco, sendo público, numa situação o mais próxima possível da concorrência, enfim, de um banco privado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, naturalmente que a sua pergunta é muito interessante, mas a Caixa Geral de Depósitos não podia ser encarada como um banco privado qualquer.

A Caixa Geral de Depósitos é um banco do Estado — assim foi criado no século XIX — e tem por isso determinadas responsabilidades.

Tive o cuidado de, na minha declaração inicial, dizer que, por exemplo, relativamente ao défice orçamental, não houve qualquer contribuição da Caixa em relação a receitas extraordinárias. Muitas vezes isso poderia acontecer, em abstrato, mas não aconteceu. Neste exercício isso não aconteceu.

Só para dar conta, Sr.^a Deputada Inês Domingos, e muito bem, porque só estou a confirmar o que está a dizer, é verdade que temos de respeitar as regras gerais do sistema bancário e, nesse sentido, a Caixa Geral de Depósitos tem de respeitar as regras todas, mas, obviamente, sendo um banco público, pode auxiliar o Estado. Tive o cuidado de dizer que não foi o caso e que não dei quaisquer orientações nesse sentido, mas pode auxiliar o Estado em determinadas circunstâncias, como aconteceu, mas não me vou pronunciar sobre isso porque, no meu mandato, não tive qualquer situação dessas.

Portanto, hoje, ao falarmos da união bancária, a Caixa Geral de Depósitos tem de respeitar as regras fundamentais de qualquer instituição de crédito, como é óbvio, daí o processo que agora corre de reconstituição do capital. Trata-se, no fundo, de reforçar...

Há pouco referi aquela circunstância de, no período entre 1998 e 2008, a Caixa ter gerado 2700 milhões de euros. Por que é que o referi? Referi, porque, pondo uma instituição como a Caixa em velocidade de cruzeiro, o facto de ela ser reforçada e credibilizada pode, e deve, gerar recursos positivos de que os contribuintes sejam beneficiários. É indispensável percebermos que a Caixa Geral de Depósitos é uma instituição que está na esfera pública, é uma empresa pública, com regras especiais, naturalmente, mas que tem de respeitar os princípios relativos ao sistema bancário.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Inês Domingos, faça favor.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, então, já que referiu a questão da posição especial da Caixa no setor bancário, pergunto-lhe se havia — sabendo que não havia orientações a nível do negócio bancário —, no entanto, a intenção de a Caixa ter um papel especial em certos tipos de créditos, por exemplo, favorecendo o crédito às PME, ou se havia algum setor em que o Estado achasse que o papel da Caixa seria útil.

Falo sobre isto, em particular, porque temos a noção de que, no ano em que lá estive, houve um aumento significativo do crédito, em particular às empresas, é certo, mas também à administração central e local, bem como do crédito a clientes, de forma geral. Portanto, queria saber se isso partia também de uma posição do próprio Ministério.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, repito o que disse há pouco e que já recordou: no aspeto concreto não houve orientações específicas.

Devo recordar-lhe que, relativamente ao investimento público, as orientações específicas não foram em relação à Caixa Geral de Depósitos mas aos fundos comunitários e à intensificação da sua aplicação na altura. Portanto, obviamente que, se refiro o reforço dos fundos comunitários nas contrapartidas nacionais, como disse e muito bem, Sr.^a Deputada Inês Domingos, havia uma preocupação de ajudar, em termos do crédito e da responsabilidade de quem contraiu o crédito. A única orientação que dei nessa matéria foi a de intensificar a utilização de fundos comunitários como forma de criação de riqueza.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Inês Domingos, faça favor.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, referiu também que a Caixa pagou os tais dividendos de 2700 milhões de euros acima do que foram as necessidades de aumentos de capitais.

A partir de 2008, a situação mudou. A pergunta que lhe faço é se atribui a mudança que aconteceu apenas à crise financeira ou se considera que poderá ter havido alguma situação, designadamente na concessão de crédito, que pudesse ter posto a Caixa numa posição de fragilidade, face ao que era efetivamente uma crise financeira mundial.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, claramente, foi a crise financeira que gerou esse elemento. Aliás, penso que já usei esse número, mas volto a repeti-lo: se, em 2007, a rendibilidade de capitais próprios foi de 20,5% — portanto um pouco acima da média —, em 2008, foi de 12,6%. Ora, estes 12,6% são reconhecidos no relatório da Caixa desse ano como um valor, aliás, apreciável e positivo, tendo em conta as consequências muito gravosas do *subprime*.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Inês Domingos, tem a palavra.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, se me permite, gostaria de fazer uma observação: sabemos que as dificuldades que poderão ter surgido em 2008 refletem, muitas vezes, posições de crédito que poderão ter sido arriscadas e esse risco e a sua concretização poderão ter aumentado no período subsequente, mas essas operações terão vindo de trás. Portanto, na nossa opinião, houve, necessariamente, operações que vieram de trás e que, depois, quando em 2008 a situação era mais delicada, poderão ter causado esta dificuldade.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, só me posso pronunciar sobre um período e, nesse período —...

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Com certeza!

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: —... e tive oportunidade não só de invocar a minha memória, mas também de consultar os documentos —, não tenho qualquer indício de que houvesse qualquer fragilização da posição da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Inês Domingos, faça favor.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, gostava de lhe perguntar, já que revelou aqui a sua posição agora, de Presidente do Conselho Fiscal, e voltando ao período em que foi Ministro das Finanças, como avaliava, nessa altura, a fiscalização da Caixa e se havia um conselho de fiscalização ou qualquer entidade que realizasse este mesmo tipo de funções.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, como sabe, Sr.^a Deputada Inês Domingos, havia já, em razão dos órgãos estatutários da Caixa, não apenas órgãos executivos mas, simultaneamente, órgãos que procediam ao controlo, designadamente ao controlo interno, para usarmos a expressão técnica.

Portanto, nesse aspeto devo dizer que o modelo de governo da Caixa era, na altura, muito diferente do que depois veio a ser, mas comportava, justamente, esse controlo interno que nos oferecia a maior credibilidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, mais tarde, sabemos que esse conselho fiscal foi extinto durante um período. Gostava de saber, na sua opinião, quais teriam sido as razões que levaram à sua extinção e se, nessa altura, foi realmente introduzido algum elemento de fiscalização que tivesse competências semelhantes e que evitasse, enfim, problemas no futuro.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, é claro que sim, tínhamos o conselho de auditoria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Inês Domingos.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, falou sobre a questão do governo societário e referiu que era bastante diferente. Na sua opinião, como foi a evolução do governo societário, em particular durante o período do Programa de Assistência Económica e Financeira, face ao período em que era Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, a evolução, como todos sabem, foi no sentido de haver um *chairman* e um CEO.

Aliás, a questão já se tinha aflorado quando eu era Ministro das Finanças. Lembro-me de uma conversa que tive com o Sr. Prof. António de Sousa relativamente a isto, mas nunca houve qualquer concretização. Por que é que refiro isto? Porque havia a preocupação de aproximar a gestão da Caixa do sistema de gestão de outras entidades bancárias.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, a minha pergunta era mais numa perspetiva da sua opinião, de como o vê. Pergunto se acha que essa evolução, em particular nos anos do Programa de Assistência Económica e Financeira, para um modelo de governo societário representou uma melhoria face ao período anterior.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, sim, houve claramente a ideia de que o sistema centrado no conselho de auditoria era adequado, mas devo dizer-lhe, se me pergunta a minha opinião, que considero mais adequado o sistema que acaba de ser introduzido e que é, justamente, a distinção entre um conselho fiscal, com competências claras relativamente ao controlo, e um conselho de auditoria com o qual, naturalmente, existe uma relação de complementaridade.

Como a Sr.^a Deputada sabe, no sistema de governo da Caixa, neste momento, cabe, justamente, ao Presidente do Conselho Fiscal conhecer as

alterações que houver. Aliás, o Sr. Dr. António Domingues quando apresentou a sua renúncia, fê-lo ao Presidente do Conselho Fiscal.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, aproveitando agora a referência que fez ao seu novo papel na Caixa e já que referiu que o Presidente demissionário lhe apresentou, a si, a demissão, gostava de lhe fazer algumas perguntas, pois sabemos todos — é completamente público e até foi dito pelo próprio — que António Domingues trabalhou com a consultora McKinsey e com uma sociedade de advogados — Campos Ferreira, Sá Carneiro & Associados —, desde fevereiro de 2016, no plano de recapitalização e reestruturação da Caixa. Nessa altura, o agora presidente demissionário não era Presidente da Caixa Geral de Depósitos. Por isso, pergunto, enquanto Presidente do Conselho Fiscal, como é que interpreta esta situação e se a considera razoável.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, não tenho de me pronunciar.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria cumprimentar, nesta interpelação à Mesa, o Sr. Dr. Guilherme d' Oliveira Martins e dizer-lhe que é um gosto para o Grupo Parlamentar do PSD tê-lo connosco nesta audição. Creio que o Sr. Doutor não terá dúvidas sobre isto...

Sr. Presidente, pedi a palavra para colocar a seguinte questão: o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins veio a esta Comissão de Inquérito depor, evidentemente, porque foi requerido, na qualidade de Ministro das Finanças no período em que tutelou também a Caixa Geral de Depósitos. Ele próprio começou a sua intervenção enunciando que hoje exerce também funções na Caixa Geral de Depósitos, mas creio que é absolutamente despiciendo que se volte a convocar o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins para fazer uma pergunta, duas perguntas ou meia pergunta, se me permite a força da expressão, sobre questões que hoje domina e conhece.

O Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, exercendo hoje as funções de Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, tem, evidentemente, uma opinião sobre esta matéria. Pode dizer que não a quer dar ou pode dizer que a opinião é esta ou aquela, mas, Sr. Presidente, e peço imensa desculpa, Sr. Doutor, creio que dizer à Comissão de Inquérito que sobre ela não se quer pronunciar não é a melhor resposta nem é a resposta que a Comissão de Inquérito pede, e tão-pouco creio que seja, sequer, a que pode dar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, vou dar a palavra ao Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, mas, tanto quanto posso perceber, aquilo que foi pedido ao Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins foi uma opinião.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sim, Sr. Presidente, com certeza, mas enquanto Presidente do Conselho...

O Sr. **Presidente**: — Nas comissões de inquérito, quem aqui está connosco não pode recusar-se a responder a factos, mas foi pedida uma opinião e o Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins entendeu responder desta

forma. Posso concordar ou discordar, cada um de nós tem essa liberdade, mas, em todo o caso, vou dar-lhe a palavra.

Peço desculpa, Sr. Doutor, mas o Sr. Deputado João Paulo Correia pede a palavra para que efeito?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, é também para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A questão que foi colocada pela Sr.^a Deputada Inês Domingos, do PSD, está fora do âmbito do objeto desta Comissão de Inquérito. Parece-nos que há uma violação do objeto desta Comissão de Inquérito e não se pode pensar que, por ser uma violação pequenina, a vamos deixar passar. Ou há uma violação do objeto da Comissão de Inquérito ou não há violação do objeto da Comissão de Inquérito! Do nosso ponto de vista, é flagrante que há violação e, portanto, parece-nos que o Sr. Presidente deve informar o Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins de que a pergunta foi colocada fora do objeto da Comissão de Inquérito e, como tal, não tem de responder.

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, Sr. Deputado João Paulo Correia, mas não concordo consigo, porque o que está fora do objeto da Comissão de Inquérito é a análise do plano de recapitalização. O que está aqui em causa na pergunta é o comportamento dos órgãos de gestão e esse está no âmbito da Comissão de Inquérito. Tanto assim é que o atual Presidente do Conselho de Administração falou aqui no apoio que lhe foi dado pela McKinsey, pelo escritório de advogados, e a questão nunca foi suscitada.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Lopes Soares.

Sr. Deputado Hugo Soares, dá-me licença que termine?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Peço desculpa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O que está fora do objeto da Comissão de Inquérito é a análise do plano de recapitalização e do plano de reestruturação. O que está aqui em causa é o problema de se saber se é adequado para um órgão de gestão da Caixa tomar a decisão de encomendar ou de pagar certo tipo de estudos no âmbito do exercício das suas atividades ou antes delas, mas repercutindo-se na atividade da administração. E tanto assim é, e por isso é que estranho, que o Dr. António Domingues falou nisto aqui, repetidamente, e nunca essa questão foi suscitada.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Se me permite, Sr. Presidente, já nessa audição, por algumas vezes, o Grupo Parlamentar do PS, por minha iniciativa, chamou a atenção para o facto de as questões estarem a ser colocadas fora do objeto desta Comissão de Inquérito. Assim como chamámos a atenção para algumas respostas dadas pelo Dr. António Domingues, porque também estavam fora do objeto da Comissão de Inquérito. Portanto, estamos a ser coerentes com aquilo que dissemos na altura e com o que acabei de dizer.

O Sr. **Presidente**: — Não vou alimentar uma polémica, até porque prezo muito a independência no exercício das minhas funções.

A propósito desta questão concreta, o problema não foi suscitado.

Vou dar a palavra ao Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins para responder.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, julgo não ter...

O Sr. **Presidente**: — Responderá, se quiser, Sr. Doutor, porque se trata de uma opinião.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Claro, claro.

Julgo não ter violado... Conheço bem o Regimento, conheço bem o Parlamento...

O Sr. **Presidente**: — Mas não me leva a mal que eu desempenhe as minhas funções.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Com certeza, ótimo. Ótimo, ótimo! Conheço bem o Parlamento! Foram sete Legislaturas e fui Ministro dos Assuntos Parlamentares, para mal dos meus pecados.

O Sr. **Presidente**: — É quase *honoris causa*.

Risos.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Queria só dizer o seguinte: esclareço as questões que puder esclarecer, mas foi claro o pedido do Sr. Presidente relativamente à minha vinda aqui, e o período é claríssimo.

Comecei por declarar que exerço as funções de Presidente do Conselho Fiscal e que isso não me impediria de estar aqui, mas não é nessa qualidade que aqui estou.

O Sr. **Presidente**: — Aliás, coisa que sublinhei!

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Exatamente! Não é nessa qualidade que aqui estou!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Está aqui na qualidade de ex-Ministro das Finanças.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Naturalmente.

Sr. Deputado Hugo Soares, vamos pôr aqui o bom senso a funcionar.

Pede-me uma opinião. Acha que posso dar uma opinião, condicionando um órgão colegial a que presido?! Não posso! Por uma razão simples: o Conselho Fiscal vai ser chamado a analisar muitos aspetos, não sei quais, mas todos os que dizem respeito à gestão.

Ora bem, amanhã, os meus colegas, membros do Conselho Fiscal, dirão o seguinte: «Em termos de opinião, já disse no Parlamento isto ou aquilo»! Não posso condicioná-los. Não posso, nem devo!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Inês Domingos, está quase a terminar o seu tempo, mas ainda lhe dou a palavra.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, vou só dizer que, nesse caso, e compreendendo a sua posição, o PSD se reserva o direito de o voltar a chamar nessa altura para referir estas questões...

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Venho cá as vezes que forem necessárias!

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Exatamente!

Em particular, para se referir não só ao que acha desta situação, mas também para dizer se sabe — é uma curiosidade que temos e é uma informação importante a prestar aos contribuintes — quem é que vai, efetivamente, pagar por aqueles serviços.

O Sr. **Presidente**: — Aplica-se o mesmo critério, Sr. Doutor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Só comenta se quiser!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pereira, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, agradeço a sua presença nesta Comissão de Inquérito e, em antecipação, todas as respostas que vier a dar e que contribuam para o esclarecimento do povo de Portugal e desta Comissão de Inquérito, que foi pedida pelo PSD e pelo CDS, relativamente a esta questão da Caixa Geral de Depósitos.

Queria, obviamente, dizer, sublinhando aquilo que disse o Sr. Presidente da Comissão, que as perguntas se encaixam não só no objeto da Comissão de Inquérito, mas também na condição em que o Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins aqui está. Isto porque teríamos muitas perguntas de acordo com as diferentes funções que o Sr. Doutor já exerceu, o que seria, com certeza, muito útil para esta Comissão de Inquérito, mas procurarei não ultrapassar essa fronteira para respeitar as condições da Comissão. Se o fizer, obviamente, peço que me chamem à atenção.

Queria começar por dizer que, na verdade, ao ouvir o Grupo Parlamentar do PSD, me assaltou uma dúvida porque o temos ouvido falar sobre a ausência de escrutínio na Caixa Geral de Depósitos, mas a Sr.^a

Deputada fez uma lista infinita de ações de escrutínio — eu próprio não consigo dizê-las todas! Portanto, era bom que, de uma vez por todas, o PSD também clarificasse essas matérias.

Neste contexto, gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, que foi Ministro das Finanças durante nove meses, segundo averigui: tinha alguma ideia de existir uma política de crédito permissiva, chamemos-lhe assim, para que as pessoas percebam? Ou seja, na altura em que era Ministro das Finanças e articulava naturalmente o acompanhamento da Caixa Geral de Depósitos, conforme disse, havia uma política de crédito permissiva ou, pelo contrário, havia métodos e critérios adequados para que essa política se fizesse de forma apropriada?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, quando aqui referi que tinha pedido, designadamente na sequência da carta que recebi do Sr. Dr. Almerindo Marques, um acompanhamento mais intenso do conselho de crédito ao Sr. Presidente, Prof. António de Sousa, foi exatamente para garantir uma orientação equilibrada que sabia ser a orientação do próprio Conselho e do seu Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, podemos dizer ou até sublinhar, de alguma forma, que não é sério, sequer, afirmar que hoje todo o crédito malparado da Caixa é, enfim, crédito mal dado? Existiram, com certeza, outros fatores — e gostaria de ouvir a sua opinião sobre essa matéria e pedir que sublinhe, eventualmente, alguns — que

levaram à circunstância de existir, de facto, um volume de crédito malparado, mas isso não é, aparentemente, pelo menos, na minha opinião, decorrente apenas do crédito mal dado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, a concessão de crédito envolve sempre um risco. Nunca há certezas neste domínio, há, sim, indicadores que têm de ser seguidos e que são os tais indicadores prudenciais que estão subjacentes à atividade bancária.

Nesse aspeto, repito o que disse: tinha confiança na administração da Caixa, nos seus critérios, nas orientações que estava a seguir e toda a informação que me ia sendo prestada correspondia ao cumprimento dessas orientações prudenciais.

O Sr. Deputado disse que podia estar aqui a ser ouvido em muitas qualidades, exatamente, mas não estou aqui como antigo Presidente do Tribunal de Contas, até porque já tive oportunidade de esclarecer que não é a atividade bancária que é objeto de acompanhamento pelo Tribunal de Contas, porém, o rigor relativamente às contas e à atividade bancária foi sempre uma preocupação que, como sabem, assumi, sem qualquer tipo de tergiversação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, permita-me sublinhar ainda este aspeto do crédito malparado que penso ser uma matéria importante que deve ficar muito clara nesta Comissão.

O Sr. Doutor não acha que uma percentagem significativa desse crédito malparado é consequência da crise de 2008, do *subprime*, conforme

disse, mas também da própria recessão que originou naturalmente problemas nas empresas e nas famílias e que, por consequência, o gerou e potenciou? Pergunto também se a proporção desses fatores não foi, provavelmente, e não tenho nenhum dado para o demonstrar, por enquanto, mais importante do que, eventualmente, o crédito mal dado que possa ter existido, porque, nesta altura, não faço juízos de valor sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, repito o que disse já à Sr.^a Deputada Inês Domingos: não tenho qualquer indício ou qualquer indicação, já que o exemplo que aqui foi referido, a carta do Sr. Dr. Almerindo Marques, se reportava a uma operação que nem sequer tinha sido no período do meu exercício de funções! E naturalmente esse facto não impediu que o acompanhasse e desse orientações para que houvesse um redobrar de atenção e de cuidado relativamente à concessão de crédito e, designadamente, ao conselho de crédito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, queria voltar mais tarde a esta relação do Ministério das Finanças, do Estado, do acionista, com a Caixa, mas queria introduzir um tema que me parece também importante e que tem feito parte do debate político sobre esta matéria. Gostaria de saber se, durante os nove meses em que foi Ministro das Finanças, equacionou alguma vez a hipótese de privatizar a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Não!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Peço desculpa!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — E consegue...

O Sr. **Presidente**: — Deixem-me algum tempo para ligar os botões.

Risos.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Foi pela rapidez com que respondeu...

O Sr. **Presidente**: — Pois, sim, mas tenho aqui dois botões para controlar o microfone, dar a palavra, tirar a palavra, contar o tempo! Não é fácil!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Que fique registada esta certeza relativamente à Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, de qualquer maneira, quando observámos aquilo que se passou na época, na pesquisa que fizemos, encontrámos alguns documentos e um deles foi uma comunicação do líder do PSD da altura, José Manuel Durão Barroso, que dizia que no seu Programa de Governo constava a privatização da Caixa Geral de Depósitos e referia, inclusive, que ela serviria para financiar a segurança social. Ou seja, haveria a vontade de uma privatização de metade da Caixa Geral de

Depósitos — era isso que se dizia no Programa — e isso serviria para financiar a segurança social.

Pergunto se o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, nessa altura, achava que a situação do País era de tal forma e as questões eram de tal forma que houvesse argumento para que isso viesse a acontecer, ou seja, para que a Caixa fosse empurrada para uma privatização decorrente da questão da segurança social.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, felizmente que escrevo bastante e exprimo bastante as minhas opiniões.

Fui candidato a Deputado nessa altura e disse claramente que não reconhecia razão a esse argumento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Doutor, só para ficar claro: o tema da privatização da Caixa Geral de Depósitos surgiu precisamente depois da sua saída do Governo. A partir daí é que o PSD lançou no «mercado» esta ideia de que a Caixa Geral de Depósitos poderia ser privatizada e isso fez parte de alguns programas do PSD.

Na sua condição de Ministro das Finanças e tentando fazer aqui um exercício de memória, se a Caixa Geral de Depósitos, na sua altura, tivesse sido alvo de uma recapitalização de muitos milhões de euros, não acha que essa recapitalização com dinheiro público, dos contribuintes, seria uma razão mais do que suficiente e sólida para reforçar os mecanismos de controlo e acompanhamento do banco na utilização desse mesmo dinheiro?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, os Governos, como já tive oportunidade de dizer, foram, ao longo do tempo, reforçando o capital da Caixa na medida do necessário.

Volto justamente ao tal balanceamento entre os dividendos, por um lado, e os reforços de capital, por outro, e sublinho que os dividendos foram sempre superiores aos reforços de capital que o Governo foi fazendo para consolidar a Caixa como instituição fundamental da economia portuguesa.

Na altura, não era necessário. Devo dizer que hoje o problema se põe em razão das consequências que ainda sentimos relativamente à crise financeira e, simultaneamente, quanto às responsabilidades da união bancária.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pereira, faça favor.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, na sequência da sua resposta, podemos, de alguma forma, afirmar que os elevados rácios de rendibilidade, que, aliás, referiu e que ocorriam na altura em que foi Ministro das Finanças, diminuían, de alguma maneira, o esforço de controlo e fiscalização da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Antes pelo contrário, Sr. Deputado, quando se têm bons resultados, é necessário ter uma atenção muito, muito grande.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, voltando, ainda, a outro assunto que me parece importante, na sua condição de ex-Ministro das Finanças e também, já agora, apelando à sua experiência governativa, que julgo ser muito relevante, se um qualquer relatório, na sua altura, revelasse que a Caixa tinha tido 1500 milhões de euros de imparidades, considerava que o acionista deveria introduzir ações inspetivas suplementares na Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, como sabe, tecnicamente, é fundamental ver quais são as razões dessas imparidades e a sua natureza. Portanto, sei que compreende que a minha resposta não pode ser dada em abstrato, tem de ser em concreto, face à natureza das imparidades. E, de facto, a verdade é que numa circunstância como a atual e face às obrigações, porque nós hoje temos obrigações...

A situação da Caixa em 2001/2002 não estava sujeita a um conjunto de obrigações que hoje existem. Recordo que o euro foi introduzido no dia 1 de janeiro de 2002. Nessa altura, o euro estava a dar os seus primeiros passos.

Por isso é que lhe respondo, dizendo que, em abstrato, não lhe posso dizer qual seria a minha atitude. A minha atitude, e a do Governo que eu integrava, deveria corresponder exatamente à razão pela qual essas imparidades exigiam ou não medidas de emergência.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Carlos Pereira.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Doutor, nesse contexto ou, se quiser, fazendo uma comparação com o contexto atual e com as normas atuais, com as exigências atuais do ponto de vista da supervisão, o que é que o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, enquanto Ministro das Finanças, acha que poderia acontecer para que o Governo, o acionista, fosse, eventualmente, acusado de falta de controlo na Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, a sua pergunta, naturalmente, obriga a uma reflexão.

Disse, claramente, que havia uma relação de confiança com a Administração, essa relação de confiança nunca foi posta em causa, mas havia também orientações, como eu já disse, respondendo a vários Srs. Deputados, no sentido do cumprimento escrupuloso das regras prudenciais, designadamente tendo em conta a natureza, o prestígio e a função estratégica da Caixa Geral de Depósitos.

Recordo que, neste período, a Caixa Geral de Depósitos ainda não tinha o predomínio relativamente ao mercado, uma vez que havia um banco privado, concretamente o BCP, que, depois, veio a designar-se Millennium, que estava a ter uma afirmação cada vez mais clara, que estava a crescer e que, como nos lembramos, se foi aproximando. A situação, hoje, não é essa. Hoje, a Caixa voltou a ser a primeira instituição, a instituição referencial nos vários itens que aqui recordei.

Portanto, devo dizer que, nessa altura, apesar dos bons resultados da Caixa, havia um cuidado especial, que era o de proteger a Caixa relativamente à própria concorrência, uma vez que a Caixa já não tinha no mercado o papel que, depois, voltou a ter, o que, obviamente, exigia uma salvaguarda do interesse público, uma vez que a Caixa é dos contribuintes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Carlos Pereira.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, mas, por exemplo, fazer uma aprovação de contas sem introduzir ou enquadrar as respectivas auditorias pode significar uma perda de controlo da Caixa Geral de Depósitos por parte do acionista?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — A minha orientação aí é a de que o acionista Estado não pode deixar de assumir muito claramente as suas responsabilidades em permanência e em todos os momentos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, uma das questões que, obviamente, preocupa esta Comissão, todos os Deputados e, com certeza, todos os partidos, diz respeito a estes mecanismos de controlo da Caixa por parte do acionista, no fundo, para aprofundar, melhorar e tornar mais eficazes esses mesmos mecanismos.

A pergunta que gostaria de fazer vai no sentido de saber se, na altura em que foi Ministro das Finanças, sentiu necessidade de refletir, por exemplo, sobre o modelo de governação da Caixa Geral de Depósitos. Havia necessidade disso? Havia alguma questão que o levasse a pensar nisso ou em tornar o quadro regulatório mais eficaz, mais profundo, mais assertivo?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, recorde, porque já o disse aqui, que chegámos a falar disso, mas nunca essa questão foi posta sobre a mesa.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Para formular as suas perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo, agradecer a sua presença na Comissão de Inquérito...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, peço desculpa, faço-lhe o mesmo pedido que formulei ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro relativamente ao microfone, porque se ouve mal aqui.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Certo, Sr. Presidente.

Se me permite uma pequena nota prévia, quero dizer que, transversalmente, em muitas intervenções e perguntas, nesta audição, se tem notado uma vontade legítima de discutir o relatório do Tribunal de Contas, que hoje faz notícia, e creio que o Bloco de Esquerda pode dar uma ajuda nessa discussão. Por isso, aproveito para formular um requerimento oral, que formalizaremos por escrito daqui a pouco, no sentido de chamar o Sr. Presidente do Tribunal de Contas à Comissão de Inquérito, exatamente para discutir esse relatório mais pormenorizadamente e alguns problemas que são suscitados pelo mesmo.

Agora, ao Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, enquanto ex-Ministro das Finanças entre 2001 e 2002, gostava de lhe colocar algumas questões.

Sobre orientações estratégicas que o Governo possa ou deva ter dado à Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente ao Presidente do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração da altura, em entrevista, fala muito numa orientação estratégica na área da internacionalização da Caixa Geral de Depósitos, no facto de tornar a Caixa Geral de Depósitos num grupo financeiro, nomeadamente com a aposta no ramo segurador e também no Banco de Investimento, e de não ser apenas um grupo bancário tradicional. Fala também, várias vezes, na constituição de parcerias estratégicas para essa internacionalização.

Gostava de saber se estes objetivos estratégicos do Dr. António de Sousa eram também os objetivos que eram transmitidos pelo Governo de então e, em parte, pelo Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sim, Sr. Deputado, e, basicamente, tendo em conta o Programa do Governo, porque ele apontava justamente no sentido que está a referir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Doutor, desse ponto de vista, aproveitava também para lhe perguntar, até porque é mais a partir do ano 2000, exatamente, que a Caixa Geral de Depósitos faz uma aposta mais segura no ramo segurador, qual a importância que o Governo e o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins achava que tinha o ramo segurador para um banco ou um grupo como o da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, a estratégia então definida pela Caixa era uma estratégia de grupo, pelo que haveria que suscitar as complementaridades. Essa era a razão. Essa era uma preocupação do momento.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Doutor, peço-lhe, então, uma opinião que já não tem a ver com as suas funções enquanto Ministro das Finanças. Como cidadão atento, considera que foi uma perda para a Caixa Geral de Depósitos a alienação mais recente do seu ramo segurador?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, houve razões que prevaleceram relativamente a essa decisão. Não estive ligado a elas e, nesse sentido, o que lhe posso dizer é que a orientação que veio a vingar correspondeu fundamentalmente à concentração na atividade bancária.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Doutor, quando assumiu a pasta das Finanças já estava, então, concluído todo o plano em relação ao Grupo Champalimaud. Uma parte desse Grupo ficou com o Santander Central Hispano, outra parte ficou na Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente o

ramo segurador, o Banco Chemical, para a área de investimento, e o Banco Pinto & Sotto Mayor que, depois, foi vendido ao BCP.

A Caixa Geral de Depósitos, depois dessa venda, deteve durante um curto período cerca de 20% do BCP. Posteriormente, ficou com pouco mais de 8% e essa participação prolongou-se durante algum tempo.

A pergunta que faço é esta: qual era o interesse para a Caixa Geral de Depósitos em ter uma participação num banco privado que era diretamente seu concorrente, sendo que nem sequer exigiu o seu lugar no Conselho de Administração do BCP? O Governo ou o Estado viam algum interesse nessa participação?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, julgo que se tratava de um sistema transitório e o Estado visava alienar essa parte nas melhores condições.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, olhando para os relatórios de atividades, nomeadamente para os inventários, que eram anexados, até 2004, creio eu, ao relatório e contas, vê-se que, na verdade, entre 2001 e 2002, até há um aumento da participação da Caixa Geral de Depósitos no BCP, apesar de, em 2001, as potenciais menos-valias já serem consideráveis, já andarem pelos 88 milhões de euros. Ainda assim, em 2002, o Estado decidiu aumentar a sua participação.

O Dr. Guilherme d'Oliveira Martins acabou de dizer que a participação que a Caixa tinha no BCP era transitória, com vista à sua

alienação nas melhores condições, mas, então, qual foi a razão para, depois, ainda ter reforçado essa posição no BCP?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, a resposta é a mesma. É exatamente a mesma!

Quando estamos numa fase transitória e pretendemos maximizar o valor de uma determinada participação, se há uma boa oportunidade para reforçar transitoriamente essa participação, isso permitirá um melhor ganho do Estado relativamente à mesma.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, as parcerias estratégicas que referi na primeira pergunta, e que foram muitas vezes referidas em entrevistas pelo, então, Presidente do Conselho de Administração, tentaram fazer-se com o BCP para a «bancarização» de alguns países de leste e fizeram-se com o Banco Espírito Santo, o que até lhe permitiu um reforço da sua posição na PT.

A pergunta que colocava aqui era se estas parcerias que a Caixa Geral de Depósitos estabelecia com outros bancos nacionais eram também uma orientação estratégica do Governo.

O Bloco de Esquerda percebe que o banco estatal, a Caixa Geral de Depósitos, apoie as empresas nacionais, as empresas da economia produtiva e também reprodutiva, mas já nos causa algumas dúvidas que apoie, de alguma forma, ou que estabeleça parcerias com outros bancos ou com outras entidades do sistema financeiro.

Era esta a orientação do Governo da altura: a Caixa Geral de Depósitos permitir o crescimento de outras instituições bancárias em Portugal?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — O Sr. Deputado Moisés Ferreira sabe que já está a perguntar coisas do Governo seguinte, que já era presidido pelo Sr. Dr. José Manuel Durão Barroso.

Volto a dizer aquilo que o bom senso exige: a gestão de uma instituição de crédito obriga a criar valor e muitas dessas opções, como, aliás, se veio a verificar pela evolução do tempo, permitiram essa criação em melhores condições. Mas sobre isso é que já não me posso pronunciar, por uma razão simples: muitas dessas parcerias já foram concretizadas num momento posterior à minha saída do Ministério.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, é verdade que algumas poderão ter sido concretizadas já depois da sua saída, mas outras, pelo menos, já eram intenção, até antes da sua entrada como Ministro das Finanças. Ora, como, pelo meio, foi Ministro das Finanças, a pergunta que lhe colocava era a de saber se, enquanto tal, a concretização destas parcerias era uma orientação do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, reafirmo o que disse: trata-se da gestão de uma instituição que tem de criar valor para

naturalmente poder obter os melhores ganhos de que o Estado e os contribuintes serão beneficiários.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, só tenho uma última questão sobre outra parceria estratégica, nomeadamente, a criação, na altura, do Banco Postal com os CTT, que durou pouco tempo, cerca de 11 meses. A parceria terá sido estabelecida em 2000, creio,... Dê-me um segundo para confirmar. Concretamente, a parceria foi anunciada em 2001, mas, em 2003, a Caixa Geral de Depósitos acabou por adquirir aos CTT os 49% que detinham do Banco Postal e, portanto, esse Banco foi incorporado e fundido na própria Caixa Geral de Depósitos.

Pergunto: o que é que poderá ter corrido mal com esta parceria e o porquê, na altura, do recuo no Banco Postal?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado, é uma questão interessante, desde logo porque está fora do meu período, mas posso dizer-lhe que, em termos estratégicos, fez tanto sentido que hoje, se for pelo País, verá nas portas dos Correios «Banco CTT».

O Sr. **Presidente**: — Terminada esta primeira ronda de perguntas, passamos de imediato à segunda.

Esclareço o Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins que, na segunda ronda, os quatro partidos presentes, visto que o Sr. Deputado Miguel Tiago teve de se ausentar em função dos trabalhos do Plenário e, portanto, o PCP não estará presente, dispõem de 5 minutos.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, o PSD não tem mais perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Ah!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Mas reservamo-nos o direito de voltar a chamar o Sr. Doutor para estar presente noutras circunstâncias e noutra qualidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, não precisa de se reservar um direito que tem!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — É uma pré-convocatória ao Sr. Doutor!

Risos.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado António Carlos Monteiro é o único interessado em colocar questões nesta segunda ronda. Presumo, portanto, que não haverá uma terceira ronda, a não ser que o Sr. Deputado António Carlos Monteiro...

Risos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Dr. Oliveira Martins, interessava, na minha opinião, fazer um

balanço daquilo que procurámos saber nesta audição de alguém que foi Ministro das Finanças, mas que, como, aliás, disse, na sua intervenção inicial, também foi Ministro da Presidência e acompanhou muito as coisas durante esse período.

Portanto, o que procurámos foi perceber como funcionava a Caixa Geral de Depósitos, quais eram as relações entre o Governo da altura e a Caixa Geral de Depósitos e admitimos que o Sr. Doutor possa até ter sido confrontado com problemas para os quais não contribuiu e que possa não ter tido sequer o tempo ou a oportunidade para os resolver.

Há problemas que são remetidos para um período anterior e, de alguma forma, a conclusão — e corrija-me se estiver enganado — que posso retirar é a de que quando tudo corria bem na atividade bancária, e corria bem para todos os bancos que davam lucros substanciais, os resultados da Caixa permitiam que, no deve e haver de contas com o Estado, essa relação fosse benéfica para o Estado. Por isso mesmo, o Governo considerou que poderia utilizar a Caixa como um «braço-armado», se quiser, um «braço financeiro armado» para as opções políticas que considerava que devia tomar, nomeadamente em relação ao setor financeiro. Foi assim, por exemplo, com a questão do Grupo Champalimaud, sendo que esse não era um período em que o Sr. Doutor fosse Ministro das Finanças, mas era Ministro da Presidência e acompanhou a situação no final deste período ou já depois.

Relativamente a orientações, por parte do Sr. Doutor, o que nos disse foi que confiava no Conselho de Administração da Caixa e que deu algumas orientações, nomeadamente para a intensificação da utilização dos fundos comunitários. Disse-nos, em relação à concessão de crédito, que essa matéria envolve sempre um risco.

Aquilo que perguntei na primeira ronda desta audição relacionava-se, nomeadamente, com um conjunto de questões que foram denunciadas por um administrador da Caixa que se demitiu, com uma série de afirmações e

preocupações, dizendo que, nos quadros da Caixa Geral de Depósitos, havia preocupação quanto à não aplicação de bons critérios e boas práticas na apreciação do risco de algumas operações. Portanto, não era apenas uma operação — houve uma que foi identificada em concreto —, eram várias, tanto no âmbito da Caixa Geral de Depósitos, como de empresas associadas, seja na CaixaBI — Banco de Investimento, seja em empresas de crédito especializado.

Esse administrador acrescentou que tinha alertado os órgãos competentes da Caixa, os seus colegas do Conselho de Administração, para o não cumprimento de regulamentos definidos para a concessão de crédito e também teria alertado o Sr. Doutor, dizendo-lhe, nomeadamente, que aproveitasse a sua saída para introduzir alterações, afastando os elementos da administração que mais haviam contribuído para o desenvolvimento das disfuncionalidades constatadas.

Aquilo que esse mesmo administrador constatou, passado algum tempo, foi que não foi essa a posição final do Sr. Doutor, e admito que possa não ter tido oportunidade para resolver este mesmo problema.

Mas são, depois, identificados os interlocutores deste tipo de práticas, como tivemos oportunidade de constatar numa notícia e, em concreto, não foram substituídos nem afastados administradores na sequência destas denúncias e não foram introduzidas alterações, penso eu, à orgânica da Caixa Geral de Depósitos.

Não sei se o Sr. Doutor chegou a ter oportunidade de dar alguma indicação para que essa orgânica fosse alterada, de modo a melhorar o controlo de crédito, porém, o que a Caixa Geral de Depósitos, depois, informa, é que, em 2003, houve essas mesmas alterações, mas penso que já não aconteceram no tempo do Sr. Doutor.

Portanto, a minha pergunta final é se esta sequência não contribuiu, no fundo, para a fragilização da Caixa Geral de Depósitos ou para este

acumulado, se quisermos, que contribuiu para as imparidades, não contribuisse também para que, quando algo corresse mal, em termos internacionais, a Caixa, depois, passasse por um mau período, até porque aquilo que correu mal, em termos internacionais, com a falência do Lehman Brothers, também teve a ver com práticas financeiras que tiveram consequências para a própria instituição.

Em que medida é que algumas das práticas que foram denunciadas em relação à Caixa Geral de Depósitos não contribuíram também para as dificuldades acrescidas que a Caixa tem neste momento, numa altura em que deixou...

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Estou a terminar, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, em que medida é que algumas das práticas que foram denunciadas em relação à Caixa Geral de Depósitos não contribuíram para as dificuldades acrescidas que a Caixa tem neste momento, numa altura em que deixou de ter a maré favorável da conjuntura, em termos de operações bancárias.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, não sabe qual é a data da carta do Dr. Almerindo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É posterior!

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Não, é do período em que o Governo está em gestão!

Protestos do Deputado do CDS-PP António Carlos Monteiro.

Não, não! Sr. Deputado, isto significa que, mesmo em gestão, o Ministro das Finanças tem de estar atento e tem de dar orientações. Mas isso já foi no período de gestão! É apenas para lhe dizer por que razão, então, é que não se fez a reorganização. Já disse aqui! O problema foi falado, o novo modelo de governo foi falado, mas foi dito que não havia condições nesse momento para ir além de reflexões gerais, porque o Governo estava em gestão e não fazia sentido estar a introduzir um novo modelo de governo na Caixa Geral de Depósitos.

Sr. Deputado, também para mal dos meus pecados, sou um modesto historiador económico. Falou-me no Baring Brothers, onde foi uma grande fraude de um funcionário que arrastou, justamente, a segunda falência, porque a primeira foi em 1891, e essa falência do Baring Brothers arrastou a bancarrota de Portugal.

Enfim, só para mal dos meus pecados, como me dedico a essas questões... E fiz a história do Ministério das Finanças, que, certamente, conhece.

Mas é uma situação completamente diferente. Reporto-me também, porque, enfim, não esqueço as coisas... É que essa é uma carta antiga, mas lembro-me, estou a vê-la, como se estivesse na minha frente. Sei os... Era uma operação concreta, era um problema que tinha sido suscitado e não foi por acaso que disse aqui, claramente: dei orientações ao Sr. Presidente da Caixa, Prof. António de Sousa, para que passasse a acompanhar o conselho de crédito com redobrada atenção. Isto porque, justamente, um dos problemas que foi posto por esse administrador foi que, muitas vezes, esse

conselho não era acompanhado devidamente. Ora bem, isso não poderia acontecer e não aconteceu ou deixou de acontecer.

Depois tivemos a questão do *subprime* e as consequências relativamente ao *subprime*. Quando estamos já a falar de 2007/2008, vamos aos relatórios da Caixa dessa altura e qual era, no *subprime*, o coração dos problemas? Era o crédito à habitação que, em Espanha, era a bolha imobiliária.

Recordo, também para registo, que Portugal no dia 1 de janeiro de 2002 requisitou espécies monetárias em termos muito menores do que aquilo a que tinha direito. Ou seja, a circulação monetária em Portugal... Sabe qual é a circulação em Portugal de espécies monetárias, hoje? É de 5%! É metade da média europeia e 1/3 da circulação em Espanha!

Praticamente, as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados não veem notas de 500 €, porque nunca foram requisitadas. No meu tempo, nunca requisitei uma nota de 500 €!

Ora bem, 5%! Veja bem, 5%! Isto é particularmente importante relativamente a todo este contexto.

Mas não vos maço mais e agradeço muito a sua pergunta. Como digo, poderia ter ideias relativamente ao governo da Caixa, mas, nessa altura, um governo de gestão não podia iniciar um processo de reformulação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, agradeço muito a sua presença e as respostas que nos deu. É sempre um gosto, como lhe disse no início, vê-lo aqui.

Não sei se a quase promessa do Grupo Parlamentar do PSD se virá a concretizar, mas, se for caso disso, ver-nos-emos outra vez no âmbito do trabalho da Comissão de Inquérito.

O Sr. Dr. **Guilherme d'Oliveira Martins**: — Desde que seja depois do pronunciamento, estou sempre disponível. Como sabem, a vida parlamentar, para mim... É sempre um gosto regressar aqui!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.
Está encerrada a reunião.

Eram 17 horas e 4 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.